

CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA

SANDRA CRISTINA GOMES

BRUNNO COSTA DO NASCIMENTO SILVA

MÁRCIO VINICIUS DO NASCIMENTO INÁCIO

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas tornou-se, no Brasil, um termo muito utilizado por docentes e discentes dos cursos de graduação em Administração/Gestão/Políticas Pública(s). Este campo de investigação recém-criado e sua formação de identidade coletiva se constitui a partir do diálogo entre ensino, pesquisa e extensão (ALMEIDA *et al.*, 2020). De acordo com a Carta de Brasília (2013), o Campo de Públicas vem formando um profissional capaz de desenvolver e difundir novas metodologias e técnicas, propor inovações sociais e processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação social.

O Campo de Públicas reflete uma concepção epistemológica respaldada na atuação multidisciplinar do corpo docente, o qual gera novas experiências e forma um gestor com capacidade de dialogar com diversos profissionais. A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCEs) de Administração Pública, o Campo de Públicas iniciou sua institucionalização e tem como base de sustentação os valores como o republicanismo e a democracia.

Além disso, a multidisciplinaridade evidenciada, por exemplo, nas nomenclaturas dos cursos do Campo de Públicas, evidencia como o ensino superior busca atender às transformações do Estado brasileiro e da administração pública provocados com a promulgação da Constituição de 1988.

Desse modo, a análise dos dados realizada neste capítulo permitirá traçar um perfil que caracterize os Cursos do Campo de Públicas no Brasil. Metodologicamente, o capítulo partiu de um levantamento dos cursos da área de Administração Pública no Brasil. Para tanto, foi consultado o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), identificando-se a relação de cursos do Campo no Brasil. A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2022. Os dados levantados compuseram um banco de dados com 644 cursos espalhados nas 5 regiões do Brasil e que foi organizado a partir dos seguintes elementos: a) localização das instituições de ensino superior; b) categoria administrativa, indicando se consiste em organização pública ou privada; c) código do curso; d) nomenclatura do curso ofertado; e) tipo de formação (Tecnológico ou Bacharelado); e) modalidade de ensino (presencial ou à distância); f) número de vagas autorizadas; g) datas de criação e início de atividades; h) como também a situação desses cursos (em atividade, em extinção ou extinto).

A partir dos elementos acima referidos, o presente capítulo apresenta o cenário dos Cursos do Campo de Públicas a partir das seguintes dimensões de análise: a) quantitativo de cursos ativos; b) distribuição por modalidade e tipo de formação; c) administração e financiamento dos cursos ofertados no Campo de Públicas; d) data de criação dos cursos; e) nomenclatura e f) distribuição regionalizada.

Quanto à estrutura do texto, além desta introdução e das considerações finais, o capítulo se encontra sistematizado em mais três seções. Na primeira seção é realizado um balanço da literatura sobre o surgimento e a concepção do Campo de Públicas no Brasil. Na segunda seção, por sua vez, é apresentada uma caracterização dos cursos do Campo de Públicas ativos no território brasileiro. Na última seção, a discussão incide na verificação dos padrões regionais na distribuição dos cursos de graduação do Campo de Públicas.

O CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL: UM BALANÇO DA LITERATURA

O Campo de Públicas, no Brasil, surgiu a partir da interação entre docentes e discentes dos cursos de graduação voltados ao setor público tendo-se como marco, a Audiência

Pública promovida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)¹ para debater a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais² de Administração Pública³, em Brasília (capital do Brasil).

A nomenclatura Administração Pública e, mais à frente, Campo de Públicas, foi estabelecida, a fim de se diferenciar do campo da Administração de Empresas (*business management*) (ALMEIDA *et al.*, 2018; ALMEIDA; RODRIGUES; SILVEIRA, 2018; COELHO *et al.*, 2020; FARAH, 2013; PIRES *et al.*, 2017). Isso ocorreu, pois, apesar de ambos os campos (pública e empresas) tratarem a respeito das temáticas e impasses de gestão, os objetos e objetivos são completamente característicos de suas áreas. Spink (2020, p. 101) corrobora com o pensamento delineado ao abordar que a nomenclatura Campo de Públicas “evoca o mesmo sentido político e emocional da expressão inglesa ‘*public affairs*’ [...] Evoca imagens variadas de movimentos, de diferentes orientações acadêmicas e profissionais e das lutas para dizer: isso é um assunto público”.

Já em relação à concepção mais aceita do que é o Campo de Públicas, Pires *et al.* (2017, p. 13) definem esse campo do saber e de atuação como:

um grupo de atores universitários (professores, gestores acadêmicos e estudantes) de várias partes do Brasil que há pouco mais de uma década vem realizando atividades comuns para tratar de temas científicos, organizacionais, de regulação e avaliação educacional, a partir de diferentes fundamentos epistemológicos, compondo um espaço multifacetado, aqui considerado uma área de conhecimento multidisciplinar embrionária.

No que tange à definição legal, esta foi estabelecida no artigo 1º da Resolução nº 1 do CNE, de 13 de janeiro de 2014, no qual as Diretrizes Curriculares Nacionais da Administração Pública “compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” (BRASIL, 2014, p. 1).

Muito embora o termo só tenha surgido no ano de 2010 e a Resolução que rege as DCNs tenham sido instituídas em 2014, a história do Campo de Públicas remonta ao momento de investimentos na educação do ensino superior, entre os anos de 2003 e 2012,

¹ É o órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Educação (MEC) do Estado brasileiro, que atua na formulação e avaliação da política nacional de educação, tendo como principais atribuições: emitir pareceres e decidir privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes.

² A homologação de Diretrizes Curriculares Nacionais para os bacharelados de Administração Pública e congêneres ocorreu em 01 de outubro de 2013.

³ Para maiores informações sobre a trajetória institucional do Campo de Públicas no Brasil, ver: VENDRAMINI, 2013; PIRES *et al.*, 2017.

quando o Governo Federal, a época, ampliou de forma exponencial os recursos para o sistema universitário superior. Conforme apresentaram Gentili e Strubin (2013), o aumento na área foi de 10,7 para 27,4 bilhões de reais (em valores constantes), ou seja, o orçamento destinado ao Ensino Superior brasileiro havia triplicado naquele momento. Essa política governamental visou democratizar o acesso à educação por meio do aumento na oferta do número de vagas e da expansão das instituições de ensino superior (IES) no Brasil (GENTILI; STRUBIN, 2013).

Para tanto, essa política se concretizou com a formulação e implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mediante a promulgação do Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Como destacam os estudos sobre o Campo de Públicas no Brasil (ALMEIDA *et al.*, 2018; ALMEIDA; RODRIGUES; SILVEIRA, 2018; COELHO *et al.*, 2020; PIRES *et al.*, 2017; VENDRAMINI, 2013), a importância do Programa REUNI foi significativa para os primeiros passos do Campo, pois possibilitou a ampliação dos cursos de graduação, em todo território nacional, voltados para a área do setor público que, desde os anos 1990, sofria da estagnação quantitativa e qualitativa (PIRES *et al.*, 2017).

Pires *et al.* (2017), ao remontarem o histórico do Campo de Públicas no contexto nacional, apresentam que a estagnação quantitativa estava no fato de existirem apenas três cursos de Administração Pública na década de 1990, sendo eles: o da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP); o da Universidade Estadual Paulista (UNESP), ambos localizados no estado de São Paulo e o da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG-FJP), localizado no estado de Minas Gerais. Ainda de acordo com os autores, um outro dilema imperava que era o da estagnação qualitativa, isto é, os projetos políticos pedagógicos dos três cursos existentes, naquele momento, tinham como diretrizes as instruções do Currículo Mínimo do curso de Administração (Empresas).

Todavia, quase duas décadas depois, em 2014, como consequência de um macro ambiente favorável ao ensino da administração pública no Brasil, dado os investimentos que o Governo Federal realizou no ensino superior, foi identificada uma nova realidade como observaram Pires *et al.* (2017): os cursos de graduação com foco no setor público somavam 250 (entre cursos presenciais e à distância) com mais de 49 mil discentes matriculados.

Esse *boom* de experiências, segundo Almeida *et al.* (2018), surgiu diante da necessidade de qualificar os profissionais que operacionalizavam suas atividades e dos

que intencionavam trabalhar no setor público. Em outras palavras, como afirmam Almeida, Rodrigues e Silveira (2018, p. 104):

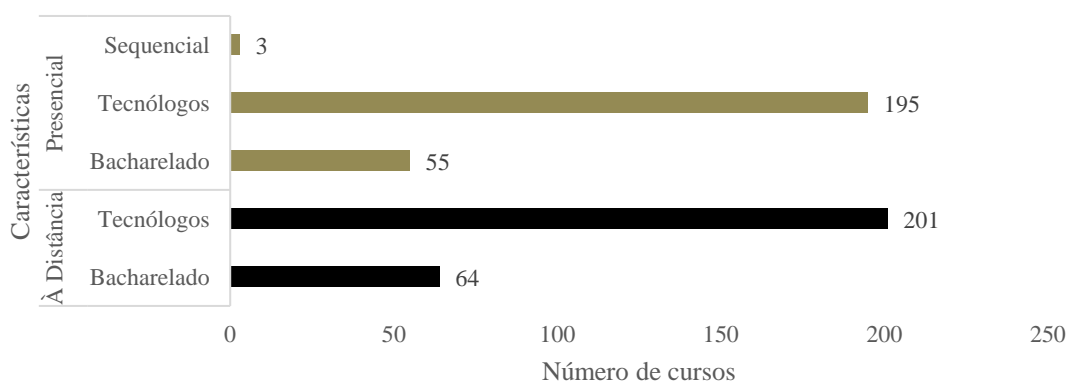
essa mudança paradigmática partiu da compreensão de que a agenda de problemas públicos no Brasil passou a requerer um gestor público com competências e habilidades para propor planos, programas e projetos capazes de avançar na consolidação da democracia brasileira; bem como que, no contexto brasileiro pós Constituição de 1988, o modelo de gestão e a relação Estado-sociedade se redefiniram no Brasil.

Em suma, as iniciativas de ofertar cursos deste campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado e ao Governo – nas três esferas governamentais (União, estados e municípios) e de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) – manifestam a relevância de profissionais (formuladores, implementadores e avaliadores) aptos para tratar do *ethos* e do bem público no Brasil. Nesse sentido, a próxima seção busca apresentar uma caracterização atualizada dos cursos do Campo de Públicas ativos no território brasileiro.

O CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DOS CURSOS ATIVOS

A partir dos dados coletados, foi possível identificar que o Brasil contava, em janeiro de 2022, com 518 cursos ativos no Campo de Públicas. Observando-se o elemento relativo à modalidade de ensino, tem-se 265 (51,15%) cursos na modalidade a distância e 253 (48,84%) presencial. Dentre os cursos à distância, 64 (12,35%) são bacharelados e 201 (38,8%) tecnólogos. Na modalidade presencial, por sua vez, 55 (10,61%) conferem grau de bacharelado, 3 (0,57%) são sequenciais e 195 (37,64%) tecnológicos.

Gráfico 1: Distribuição dos cursos do Campo de Públicas por modalidade e tipo de formação – janeiro de 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Os dados do gráfico 1 denotaram a expressividade dos cursos tecnológicos no Campo de Públicas, destacando-se uma formação com menor carga horária e voltada a atender demandas do mercado de trabalho. No Brasil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, podendo abranger cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Estes últimos (cursos profissionais tecnológicos de graduação) são voltados a quem tenha concluído o ensino médio, com enfoque em uma formação profissionalizante. De acordo com Takahashi e Amorim (2008), tais cursos originaram-se, no país, a partir das necessidades do mercado nos anos de 1960. Como afirmam:

Os principais atributos da Educação Tecnológica são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. O foco desta modalidade é a formação em um campo de trabalho definido, alinhado às necessidades atuais. A rapidez refere-se à oferta do curso com uma carga horária menor, de dois ou três anos. Por estarem pautados em pesquisas de mercados para sua oferta e funcionamento, visam à rápida inserção do aluno no mercado de trabalho de acordo com as tendências do mercado (TAKAHASHI; AMORIM, 2008, p. 217)

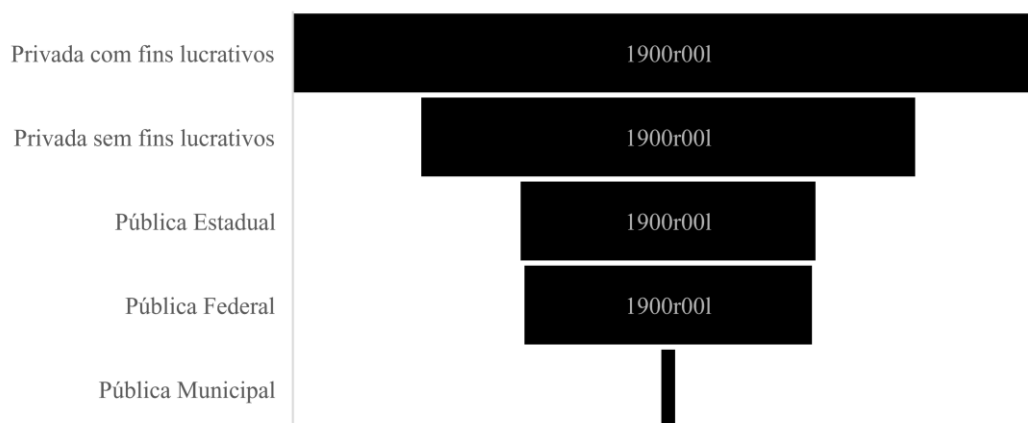
Já a obtenção de grau do bacharelado requer a integralização de, no mínimo 2.400 horas, a depender da área do curso. No caso da Administração Pública, por exemplo, tem-se o mínimo de 3.000 horas para os cursos que se adequem às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução 01/2014 – CNE. Os cursos sequenciais, por sua vez, regidos pela Resolução nº 1/2017 - CNE são considerados como programas de estudos voltados a atender objetivos formativos definidos, individuais ou coletivos e que são oferecidos a pessoas já graduadas ou a estudantes matriculados em curso de graduação ou àqueles que já iniciaram curso de graduação, mesmo não tendo chegado a concluí-lo.

No que diz respeito à administração e financiamento dos cursos ofertados no Campo de Públicas, focando na realidade do Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9.394/1996, o ensino é regido por múltiplos princípios, dentre eles, a coexistência de instituições públicas e privadas. O artigo 7º destaca que o ensino é livre à iniciativa privada desde que sejam observadas: a) as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; b) a necessidade de autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público e c) desde que haja

capacidade de autofinanciamento. A partir deste cenário normativo, o setor privado passou a atuar na educação a partir de instituições com ou sem fins lucrativos, sendo, assim, constituído por diferentes tipos de segmentos tais como confessionais, comunitárias, filantrópicas e particulares. Por outro lado, no setor público, a oferta do Ensino Superior ocorre em instituições públicas federais, estaduais e, em poucos casos existentes, municipais, as quais podem cobrar mensalidades (NEVES; MARTINS, 2016).

O Campo de Públicas conta com 211 (40,66%) cursos ativos em instituições privadas com fins lucrativos, 140 (26,97%) em privadas sem fins lucrativos, 83 (15,99%) em instituições públicas estaduais, 81 (15,61%) em instituições públicas federais e 4 (0,77%) em instituições públicas municipais (GRÁFICO 2).

Gráfico 2: Cursos por administrativa das instituições com cursos do Campo de Públicas ativos no Brasil – janeiro de 2022



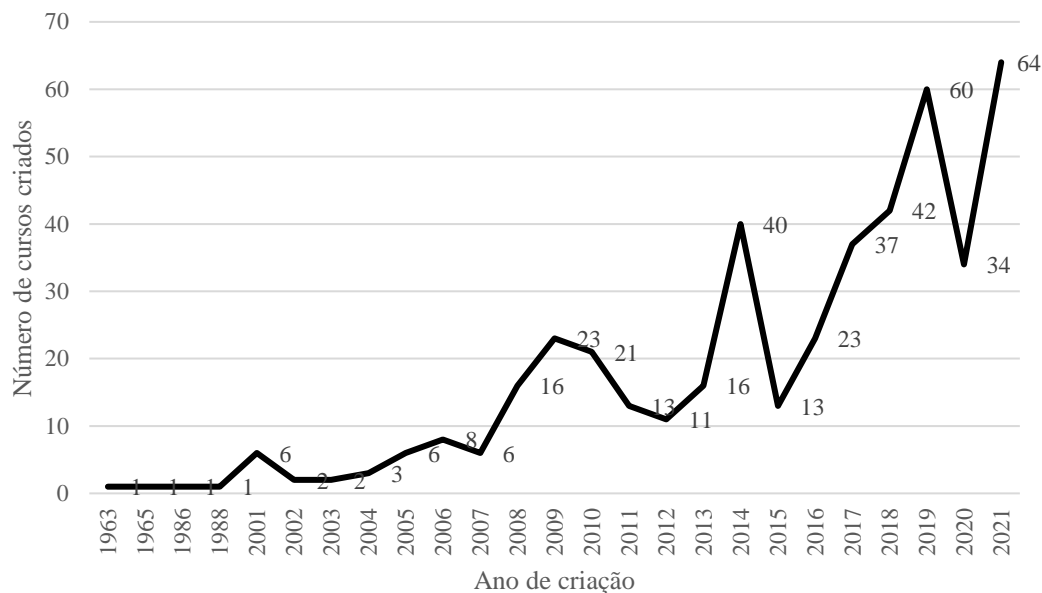
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

No gráfico apresentado, salta aos olhos a predominância de cursos do Campo de Públicas em instituições de ensino do setor privado. Ao todo, somando-se as instituições com e sem fins lucrativos, tem-se 67,5% dos cursos. O referido contexto espelha a realidade do Ensino Superior no Brasil e a presença abrangente do setor privado. Nesse sentido, Stallivieri (2007) destaca um fenômeno de expansão do sistema privado de educação superior que deve ser percebida com cautela e que pode ser explicada pela ausência de recursos públicos que pudessem financiar a educação pública, mas, também da existência de um potencial de alunos com condições financeiras suficientes e de programas públicos que financiam o ensino superior privado.

Em seguida, foi analisado o ano de criação dos cursos tabulados, informação disponível para apenas 450 dos 518 cursos ativos (GRÁFICO 3). O gráfico seguinte

apresenta a informação acerca da quantidade de cursos criados por ano, apenas para os 518 cuja informação estava disponível.

Gráfico 0.3: Quantidade de cursos do Campo de Públicas criados por ano no Brasil – 1963-2021



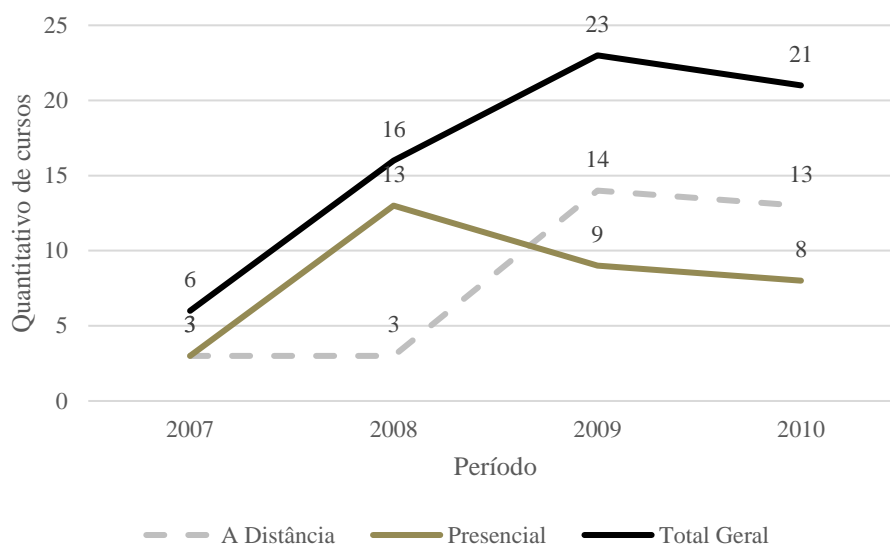
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

O cenário encontrado confirma a percepção de Araújo (2002) quando destaca que o “ensino na área de Administração Pública e correlatos no Brasil tem passado por ciclos de amplitude e recessão em decorrência de aspectos da conjuntura nacional em termos políticos e educacionais”. É possível observar o crescimento do número de cursos a partir do ano de 2007, o qual coincide com o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, lançado no mesmo ano pelo Governo Federal brasileiro. De acordo com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, objetivava-se “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1). O Reuni tinha como enfoque a criação de cursos, a readequação da infraestrutura, a elevação das matrículas e do número de concluintes, bem como a otimização dos recursos humanos e físicos existentes (PAULA; ALMEIDA, 2020).

O programa contou com adesão massiva. Conforme o Relatório do primeiro ano do Reuni (BRASIL, 2009), das 54 universidades federais existentes, ao final do primeiro ano, 53 aderiram já nas duas primeiras chamadas. Foram criadas 14.826 novas vagas nas universidades. Já o número de cursos de graduação presenciais aumentou de 2.326 para

2.506. No contexto deste programa, surgiram diversos cursos do Campo de Públicas, a exemplo do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. De 2007 a 2010, foram criados 66 novos cursos de graduação no Campo de Públicas, sendo 50% deles presenciais (GRÁFICO 4).

Gráfico 4: Criação de cursos do Campo de Públicas no contexto do Reuni – Brasil – 2007-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Os dados revelam que, inicialmente, a maior parte dos cursos criados eram na modalidade presencial. Os cursos à distância cresceram, principalmente, no segundo ano do programa. Esses dados podem ser analisados, também, observando-se o tipo de formação (TABELA 1).

Tabela 1: Cursos do Campo de Públicas criados – 2007-2010, por modalidade e tipo de formação ofertados

Característica do curso	2007	2008	2009	2010	Total
À Distância	3	3	14	13	33
Bacharelado	0	1	11	9	21
Tecnológico	3	2	3	4	12
Presencial	3	13	9	8	33
Bacharelado	0	3	7	1	11
Tecnológico	3	10	2	7	22

Total	6	16	23	21	66
--------------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Dentre os cursos à distância, em sua maior parte (21), foram criados bacharelados. Já na modalidade presencial, a maioria dos cursos (22) são tecnológicos. No referido período, além das instituições públicas federais, observa-se o salto nos cursos em instituições privadas (TABELA 2).

Tabela 2: Cursos do Campo de Públicas criados – 2007-2010, por categoria administrativa

Categoria Administrativa	2007	2008	2009	2010	Total
Privada com fins lucrativos	1	4	3	6	14
Privada sem fins lucrativos	3	4	2	3	12
Pública Estadual		1	2	1	4
Pública Federal	2	7	16	11	36
Total	6	16	23	21	66

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Observando tais informações em relação aos dados apresentados no Gráfico 3, é possível perceber que, após 2010, foram observados momentos de aumento e redução do número de cursos do Campo. O referido ano havia registrado a maior ampliação no número de cursos até então (21). Contudo, em 2014, foram criados 40 novos cursos, seguindo-se pelo ano de 2018 com 42, 2019 com 60 e 2021 com 64. Ressalte-se que os anos de 2020 e 2021, os quais apresentaram significativos aumentos do quantitativo de cursos, foram marcados pela pandemia da Covid-19. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a modalidade dos cursos criados nesses períodos de maior ampliação pós-Reuni.

Realizando novo recorte temporal para observar o período pós-Reuni, observa-se que a maior ampliação se deu nas instituições privadas, com 284 novos cursos. Desses, 186 foram cursos à distância, dos quais 73 foram criados entre 2020 e 2021, ou seja, em contexto de pandemia da Covid-19 (TABELA 3). Nas instituições públicas, no referido período, foram criados 69 cursos, dos quais 51 eram cursos presenciais. Tais dados denotam o investimento das instituições privadas em cursos do Campo de Públicas com enfoque na modalidade à distância, principalmente no período em que o ensino presencial se mostrava inviável por questões sanitárias.

Tabela 3: Cursos do Campo de Públicas criados – 2011-2021, por categoria administrativa e modalidade

Categoria administrativa/ Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Privada com fins lucrativos	5	2	3	10	5	11	15	15	35	28	46	175
A Distância	1	1	2	6	2	6	9	7	23	25	33	115
Presencial	4	1	1	4	3	5	6	8	12	3	13	60
Privada sem fins lucrativos	3	2	6	7	4	9	13	23	24	5	13	109
A Distância	3	0	1	2	3	5	8	16	18	5	10	71
Presencial		2	5	5	1	4	5	7	6		3	38
Pública Estadual	2	1	1	17	1	1	4	3				30
A Distância	1						2	3				6
Presencial	1	1	1	17	1	1	2					24
Pública Federal	3	6	6	5	3	2	4	1	1	1	5	37
A Distância		2	4		2		1				2	11
Presencial	3	4	2	5	1	2	3	1	1	1	3	26
Pública Municipal				1			1					2
A Distância							1					1
Presencial				1								1
Total Geral	13	11	16	40	13	23	37	42	60	34	64	353

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Outro elemento analisado diz respeito à nomenclatura dos cursos criados. Tendo em vista a amplitude de Campo de Públicas que, a partir das DCNs de Administração Pública, abrange um conjunto de cursos que podem receber nomes diferentes, embora se enquadrem dentro de uma formação humanista e crítica para formar profissionais aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública

estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas (DCNs - Resolução nº 1/2014 -CNE). O levantamento realizado, considerando os cursos ativos em janeiro de 2022, identificou 14 nomenclaturas, as quais estão apresentadas na Tabela 4:

Tabela 4: Nomenclatura dos cursos do Campo de Públicas ativos – Brasil – janeiro de 2021

NOMENCLATURA DO CURSO	Quantitativo
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	101
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL	1
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	1
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL	1
CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICAS PÚBLICAS	1
DOMÍNIO ADICIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4
GESTÃO PÚBLICA	398
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1
GESTÃO PÚBLICA E RECURSOS HUMANOS	1
GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL	1
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	1
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	1
POLÍTICAS PÚBLICAS	5
Total	518

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

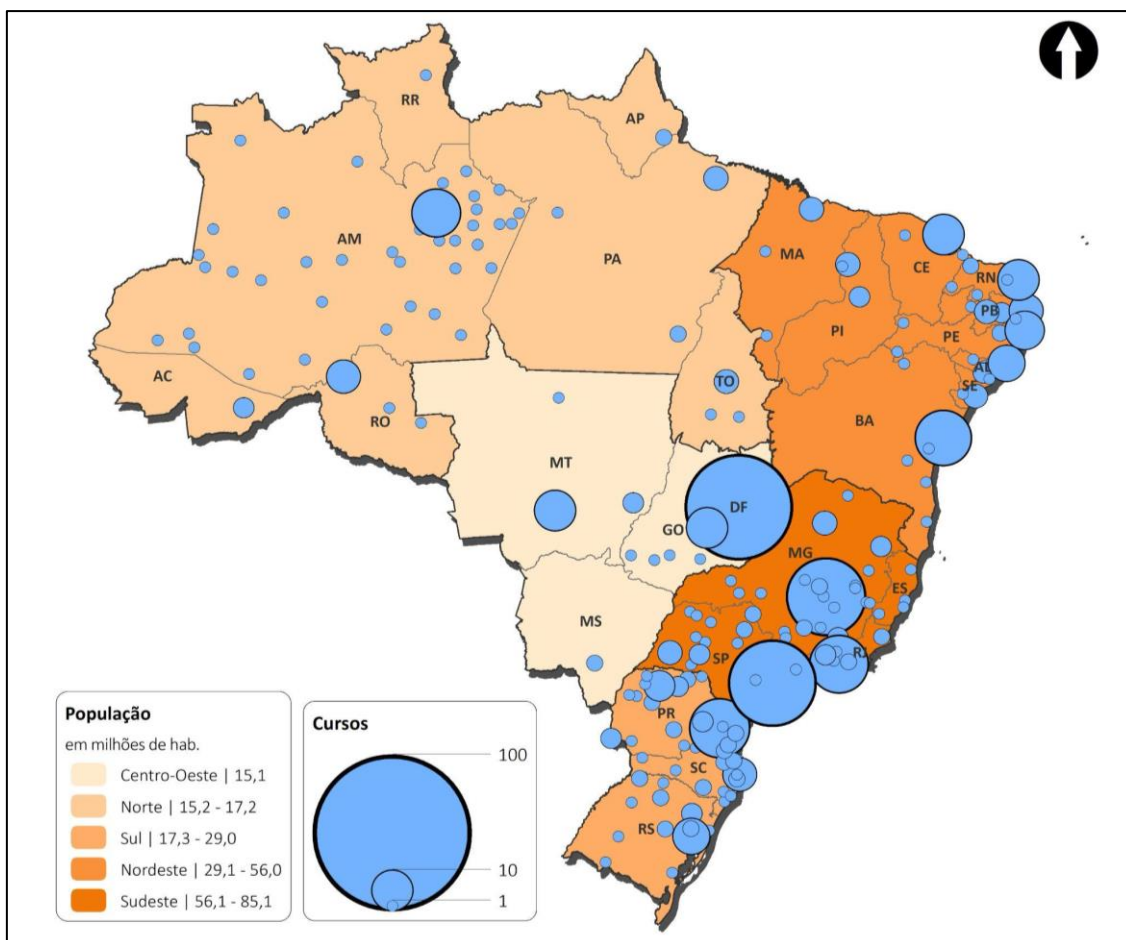
O quadro acima demonstra a diversidade do Campo de Públicas no Brasil. Apesar da ampla presença de cursos com enfoque na gestão pública (403) e na administração pública (104), há também a presença de enfoques em políticas públicas, gestão e políticas públicas e gestão social. O curso Domínio Adicional em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas consiste em curso sequencial do Campo.

Além das características acima delineadas, torna-se fundamental observar o Campo a partir de sua distribuição regional. Tais dados serão apresentados no item a seguir.

PADRÕES REGIONAIS DOS CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL

Nesta seção, verifica-se se há padrões regionais na distribuição dos cursos (graduações) do Campo de Públicas que podem ou não estar associados às características de cada região. São utilizadas as cinco macrorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como ilustrado no Mapa 1. Em breve síntese, as regiões Sudeste e Sul têm, relativamente, maiores condições socioeconômicas de suas populações e maior dinamismo econômico. No outro extremo, as regiões Nordeste e Norte apresentam maiores contingentes populacionais em situação de pobreza, sendo o Norte uma região de fronteira de ocupação intensa e mais recente. O Centro-Oeste é uma região que tem passado por grandes transformações nos últimos anos, estando hoje em uma situação intermediária entre as regiões anteriores em termos econômicos e sociais.

Mapa 1: Distribuição dos cursos do Campo de Públicas nas cinco macrorregiões do Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa (2022) com colaboração de Rodolfo Finatti

Em termos populacionais, a região Sudeste apresenta a maior concentração (cerca de 42% da população do Brasil), seguidos do Nordeste (27%), Sul (14%), Norte (8,9%)

e Centro-Oeste (7,8%). Como se observa a partir da tabela 04, ainda que a oferta de cursos do Campo de Públicas tenha alguma relação com o tamanho populacional de cada região, esta relação não é unívoca, pois também reflete as condições sociais e de escolaridade dessas populações, a disponibilidade de renda, um fator importante para custear o ensino superior privado e, ainda, outros fatores de contexto.

Como visto na seção anterior, há uma presença significativa de graduações à distância, um fenômeno que tem se intensificado nos anos recentes não apenas para os cursos do Campo de Públicas como em outros também. A Tabela 5, no entanto, mostra que há variação regional na oferta (ou na demanda por) ensino presencial e à distância.

Tabela 5: Distribuição dos cursos do Campo de Públicas por grandes regiões, estimativa da população residente e modalidade de ensino – Brasil – 2022

Região	População residente (2021) em milhares	Total de cursos (N)	À Distância	Presencial
Norte	18.907	59	20%	80%
Nordeste	57.668	89	49%	51%
Centro-Oeste	16.707	91	36%	64%
Sudeste	89.633	184	60%	40%
Sul	30.403	96	69%	31%
Total (Brasil)	213.318	519	51%	49%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022 e IBGE, 2021.

Os cursos do Campo de Públicas que ofertam a modalidade à distância são majoritários nas regiões Sudeste e Sul, com 60% e 69% respectivamente. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, ao contrário, a maior parte das graduações é presencial, sendo que, no caso do Norte, a oferta de cursos na modalidade à distância é a menor do país (20%). No Nordeste, há um equilíbrio entre cursos presenciais e a distância, praticamente dividido à metade.

A análise dos cursos a partir do tipo de Instituição de Ensino Superior permite adicionar mais uma camada de informação para se compreender os padrões regionais na oferta de cursos. A Tabela 6 apresenta a distribuição percentual dos cursos do campo de pública nas IES privadas (com ou sem fins lucrativos) e nas públicas. Adicionalmente, informações sobre a esfera administrativa da IES pública são também apresentadas – se federal, estadual ou municipal. Note-se que, no Brasil, por força constitucional, as IES públicas são também gratuitas (excetuando-se as municipais).

Tabela 6: Distribuição dos cursos do campo de públicas – bacharelado, tecnológico ou sequencial – nas duas modalidades – presencial ou à distância – por grandes regiões e tipo de Instituição de Ensino Superior – Brasil – 2022

Região	Total (N)	Privadas*	Públicas**	Pública Estadual	Pública Federal	Pública Municipal
Norte	59	17%	83%	68%	15%	0%
Nordeste	89	52%	48%	19%	29%	0%
Centro-Oeste	91	79%	21%	8%	12%	1%
Sudeste	184	82%	18%	5%	12%	1%
Sul	96	76%	24%	9%	14%	1%
Total	519	68%	32%	16%	16%	1%

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados do e-MEC, 2022.

Nota: Sinais convencionais utilizados

* Instituições privadas com e sem fins lucrativos.

**Instituições públicas podem ser da esfera federal, estadual ou municipal.

Na região Sudeste, 82% dos cursos do Campo de Públicas são ofertados por IES privadas. Nas regiões Centro-Oeste e Sul, um padrão similar também é verificado – majoritariamente privadas. Essa prevalência de IES privadas parece estar relacionada, em parte, à maior oferta de instituições privadas nessas regiões quanto à maior disponibilidade de renda dessas populações que, assim, podem arcar com os custos de uma graduação privada. Porém, deve-se destacar também as iniciativas governamentais de apoio ao estudante que cursa uma faculdade ou universidade privada: como as bolsas do governo federal (Programa Universidade para Todos - PROUNI) ou os empréstimos estudantis subsidiados pelo governo federal (como o Financiamento Estudantil - FIES), voltados para os estudantes das IES privadas e que estimulam o crescimento (ou a oferta) das IES privadas. Novamente, o fenômeno da expansão das IES privadas no Brasil não é restrito aos cursos de Campo de Públicas, sendo também observado para outros cursos e especialidades.

A análise dos casos das regiões Norte e Nordeste permite observar novamente padrões regionais distintos que são ocultados quando se analisa apenas os dados nacionais. Na região Nordeste, a distribuição entre cursos das IES públicas e privadas é bastante equilibrada, 48% e 52%, respectivamente. Chama a atenção, no entanto, que no caso desta região, a oferta de cursos do Campo de Públicas pelas instituições de ensino do governo federal é comparativamente mais alta (29% do total) a do restante do país. A participação das IES estaduais é também relevante. Na região Norte, a importância das

IES públicas é ainda maior, alcançando 83%, conseqüentemente, a oferta de cursos do Campo de Públicas pelo setor privado é a menor de todo o país (17%). É também notável que, no caso da região Norte, essa oferta pública é feita de modo majoritário por IES estaduais, diferentemente do Nordeste. Como essas duas regiões – Norte e Nordeste – concentram proporcionalmente uma população de menor renda, a oferta de IES privadas parece encontrar um limite para sua expansão, ao contrário das outras três regiões do país.

Observa-se, portanto, que as IES públicas têm um papel relevante para a formação de futuros gestores ou administradores públicos nas regiões de maior prevalência de populações em situação de maior vulnerabilidade social. O fato das IES federais - assim como muitas IES estaduais - adotarem ações afirmativas, com reserva de vagas para ingresso, para estudantes advindos de escolas públicas ou por critérios de raça/cor/etnia permitem a esses grupos populacionais - histórica e socialmente excluídos – conseguirem ingressar no ensino superior.

Dito de outra forma, sem essas IES públicas e gratuitas seria muito mais difícil para estudantes advindos de famílias de menor renda ingressarem em cursos do Campo de Públicas, pois custear o ensino privado é proibitivo para um vasto segmento dessas populações. Nesse sentido, preocupa a estagnação e ausência de planos, projetos e programas para expandir as vagas nas IES públicas nos dois últimos governos que, como consequência, impactará negativamente a formação de futuros gestores públicos almejando uma maior diversidade de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou caracterizar os cursos do Campo de Públicas, tendo como marco o processo de implementação de suas DCNs no ensino de graduação, além de analisar de forma mais detalhada como os cursos estão distribuídos no território nacional.

De acordo com os dados obtidos, no Campo de Públicas temos mais de 500 cursos ativos, dos quais 51,15% estão sendo ofertados na modalidade à distância (12,35% bacharelados e 38,8% Tecnológicos) e 48,84% na modalidade presencial (10,61% bacharelado e 0,57% são sequenciais e 37,64% tecnológicos), dado que chama a atenção para um certo equilíbrio na sua distribuição.

Em linhas gerais, no entanto, há uma maioria de cursos tecnológicos no Campo de Públicas, destacando-se uma formação com uma carga horária menor do que as previstas nas DCNs do Campo de Públicas; há apenas 15,61% dos cursos sendo ofertados

em instituições públicas federais; assim como há uma predominância de cursos em instituições de ensino do setor privado.

Além disso, a diversidade do Campo de Públicas no Brasil se revelou tanto nas nomenclaturas dos cursos como na sua distribuição regional. Foi possível verificar padrões regionais na distribuição dos cursos (graduações) do Campo de Públicas, o que não significa dizer que estão associados às características de cada região. Como dito anteriormente, os cursos que ofertam a modalidade à distância são majoritários nas regiões Sudeste e Sul e são ofertados por IES privadas e os cursos presenciais estão em sua maioria nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A região Nordeste se destaca com uma distribuição mais equilibrada entre cursos das IES públicas e privadas, mas a oferta de cursos do Campo de Públicas pelas instituições de ensino do governo federal é comparativamente mais alta (29% do total) a do restante do país.

Um dado importante ressaltado na pesquisa foi a criação dos cursos nos anos 2020-2021, cursos esses que não contaram com o apoio do Reuni e foram criados em pleno contexto de pandemia da Covid-19, denotando o investimento das instituições privadas em cursos do Campo de Públicas com enfoque na modalidade à distância. O texto desvelou como o Campo de Públicas tem avançado na iniciativa privada em pleno contexto de pandemia da covid-19, o que requer um olhar da comunidade científica no Brasil para o aprimoramento do ensino à distância.

Quanto às limitações da análise, é importante chamar a atenção para o fato de que os autores do texto são atores ativos na trajetória do Campo de Públicas, mas, em especial, em uma IES federal, que iniciou seu curso com apoio do Programa Reuni e hoje enfrenta grandes desafios para manter seu funcionamento. Nos últimos anos, é notória a desvalorização do ensino superior no Brasil, o que tem provocado preocupações em relação à manutenção dos cursos presenciais (bacharelados), que precisam atender às orientações das DCNs para garantir um bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Concluindo, para o Campo de Públicas se manter e poder continuar crescendo no país precisamos avançar no reconhecimento da profissão, na valorização do ensino multidisciplinar, na pesquisa em rede e na extensão curricular.

O Campo de Públicas surge para qualificar a administração pública e consolidar a democracia no país e as IES públicas são de extrema relevância para a formação de futuros gestores ou administradores públicos, os quais são formados para atuar com competências e habilidades necessárias no processo de gestão das políticas públicas, ou

seja, no processo de formulação de planos, programas e projetos para garantir os direitos sociais, o que impactará positivamente na democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento *et al.* (org.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para gestão pública.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/23.10_Contribuicoes-do-Campo-de-Publicas.pdf. Acesso em 27 jan. 2023.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento *et al.* Estratégias de ensino nos cursos do Campo de Públicas: análise do panorama atual e os desafios para o ensino multidisciplinar. **Nau Social**, Salvador, v. 9, n. 16, p. 129-141, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31417>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. Ensino no Campo de Públicas: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). **Nau Social**, Salvador, v. 9, n. 17, p. 103-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31441>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Formação tecnológica multi/interdisciplinar em gestão pública. *In*: DANTAS, Lys Maria Vinhaes; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches (ed.). **UFRB e gestão pública no Recôncavo: a formação do tecnólogo.** Cruz das Almas: EDUFRB, 2002. p. 17-50.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior:** Cadastro e-MEC. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais:** Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília/DF, 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARTA DE BRASÍLIA. IX FÓRUM DE COORDENADORES E PROFESSORES DO CAMPO DE PÚBLICAS. Brasília, 11 e 12 de abril de 2013. Disponível em: <

<https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

COELHO, Fernando de Souza *et al.* O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **RAEP**, São Paulo, v. 21, n.3, p. 488-529, set./dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/brunn/Downloads/1897-Texto%20do%20artigo-3777-1-10-20201021.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (org.). **A Política como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013. p. 91-127.

GENTILI, Paulo; STUBRIN, Florencia. Igualdade, direito à educação e cidadania: quatro evidências de uma década de conquistas democráticas. *In*: GENTILI, Paulo (org.). **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 15-26. (Projetos para o Brasil, 10). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/8Gentili.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

NEVES, Clarissa E. Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. *In*: DWYER, Tom *et al.* (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: IPEA, 2016. p. 95-124. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universit%C3%A1rios%20em%20um%20mundo%20em%20transforma%C3%A7%C3%A3o_uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAULA, Camila Henrique de; ALMEIDA Fernanda Maria de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 1054-1075, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5pvgF4sGMQsn89ZYSYfWHsh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PIRES, Valdemir *et al.* Campo de Públicas no Brasil: definições, movimento constitutivo e desafios atuais. *In*: VENDRAMINI, Patrícia; Lindijane de Souza Bento (org.). **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil**. Florianópolis: UDESC, 2017. p. 13-43. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2017/12/ebook.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SPINK, Peter Kevin. Um olhar pessoal sobre parte da formação do Campo de Públicas. *In*: ALMEIDA, Lindijane de Souza *et al.* (org.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020. p. 101-108. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/23.10_Contribuicoes-do-Campo-de-Publicas.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Caxias do Sul: UCD, 2007. Disponível em:

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünc; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Reformulação e expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: as dificuldades da retomada da educação profissional. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v.16, n. 59, p. 207-228, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5qN8Tqc6dHZHr4TSnBzt35b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VENDRAMINI, Patrícia. **Ensino de Administração Pública e o desenvolvimento de competências**: a contribuição do curso de Administração Pública da ESAG-UDESC. 2013. 262 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24051/1/Patr%C3%ADcia%20Vendramini.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.